
CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (09/12/2025 A 16/12/2025)

MINERAÇÃO

- **MPF propõe ação para cancelamento de extração irregular de areia em Alagoas**

A ação tem como objetivo a cassação de licenças, recuperação ambiental da área degradada e indenização por danos ambientais

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública para barrar a extração irregular de areia em uma área de especial interesse ambiental no município de Marechal Deodoro, entre a Barra de São Miguel e a Praia do Francês. A iniciativa mira uma empresa mineradora, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), apontados como responsáveis por permitir ou executar a atividade sem as devidas regularidades.

Na ação, o MPF solicita à Justiça Federal uma decisão liminar que suspenda imediatamente todas as licenças e autorizações ainda vigentes para a mineração na região, impedindo sua renovação. O órgão também pede que a empresa interrompa de imediato a extração de areia, sob pena de multa diária.

Além da paralisação das atividades, o MPF requer que a empresa apresente, no prazo de 60 dias, Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) ao Ibama, com o objetivo de restituir as funções ambientais da área impactada, bem como promova a execução integral das medidas de recuperação após aprovação do plano.

Fonte: [Link](#)

- **Calvyn Gardner, engenheiro e fundador da Sigma Lithium denuncia uma série de irregularidades e falta de segurança nas operações de lítio da Sigma em Minas Gerais**

A Agência Nacional de Mineração indica que as denúncias do criador da Sigma têm fundamento

O motivo que leva Calvyn Gardner a voltar-se contra a própria empresa que ajudou a criar, segundo ele, é o alerta feito por funcionários da mineradora, que o procuraram relatando “preocupações urgentes” sobre a segurança das operações em Minas Gerais. Entre os riscos apontados estão a possível instabilidade das paredes das cavas, sucessivas quedas de rochas e ao menos um episódio que exigiu a evacuação de uma área de trabalho.

Essas são apenas algumas das denúncias apresentadas pelo fundador contra a atual administração da companhia, hoje comandada por uma multinacional canadense que explora a segunda jazida de lítio mais rica do mundo, em território mineiro. Vale lembrar também que eventuais problemas de segurança, ambientais ou financeiros que prejudiquem a mineradora podem atingir o próprio Calvyn, já que parte de seu patrimônio está ligado ao desempenho da empresa. Como já revelado por este Observatório em outubro de 2024, o empréstimo de quase R\$ 500 milhões do BNDES, aprovado após mudanças no Fundo Clima, ainda não foi liberado porque a Sigma não conseguiu apresentar garantias suficientes ao mercado, mesmo passado um ano.

A ANM afirmou que o Plano Integrado de Aproveitamento Econômico (PAE) apresentado pela Sigma em 2023 foi considerado “insuficiente”, resultando na emissão de 23 exigências técnicas, das quais a maior parte ainda não foi atendida pela empresa. O órgão regulador também informou que, desde 2010, realizou sete vistorias presenciais na área atualmente em operação, sendo a última em agosto de 2024. Além disso, a ANM declarou ter lavrado autos de infração em várias ocasiões, inclusive em 2025, devido a irregularidades encontradas no PAE.

A ANM, porém, informou via LAI que começou um planejamento de fiscalização para apuração das denúncias feitas, mas, por falta de recursos financeiros para atividades de campo, a solicitação ainda não pode ser atendida em 2025. “A princípio, diante do contingenciamento imposto pelo Governo Federal, não há previsão de vistoria para este ano”, diz a ANM.

Fonte: [Link](#)

• **Associação Brasileira dos Municípios Mineradores solicitam ao Governo Federal fim do contingenciamento do orçamento da ANM**

Amig alerta para perdas bilionárias em royalties e propõe novas regras de fiscalização para a mineração

A Amig, entidade que representa os municípios mineradores do país, entregou nesta quinta-feira (11) uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) solicitando que o governo federal interrompa o contingenciamento do orçamento da ANM (Agência Nacional de Mineração). O documento foi apresentado durante a visita presidencial a Itabira (MG), berço da Vale e município cuja economia depende fortemente da mineração.

Apesar de a legislação prever que 7% da arrecadação dos royalties seja destinada à ANM, parte desses recursos vem sendo retida para o cumprimento de metas fiscais. Para a associação, o bloqueio reduz a capacidade de fiscalização da agência, tanto na segurança de barragens quanto na verificação do pagamento adequado dos royalties.

No texto de 22 páginas, a associação também reivindica que a ANM tenha acesso às notas fiscais de vendas das mineradoras para ampliar o controle sobre a arrecadação. Atualmente, o recolhimento dos royalties é declarado voluntariamente pelas empresas e passa por pouca verificação — situação que, segundo o TCU, gera perdas superiores a R\$ 12 bilhões para a União, os estados e os municípios.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

• **UFMS é indicada pela primeira vez para o Prêmio ANP de Inovação Tecnológica**

O Programa de Formação de Recursos Humanos em Processamento de Petróleo e

Biocombustíveis da UFSM (PRH52/UFSM) ganhou destaque nacional ao ter um de seus artigos científicos selecionado entre os três melhores do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2025. A cerimônia ocorreu em 5 de dezembro, no Rio de Janeiro. O trabalho finalista foi desenvolvido por Jeferson Seibel, ex-bolsista de graduação do curso de Engenharia Química da UFSM, sob orientação do professor Dr. Flávio Dias Mayer, do Departamento de Engenharia Química.

O Prêmio ANP de Inovação Tecnológica tem como um de seus objetivos reconhecer os melhores trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos científicos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Formação de Recursos Humanos da ANP (PRH-ANP). O artigo da UFSM concorreu como finalista na Categoria III - Artigos Científicos.

A pesquisa selecionou patentes de processos de desoxigenação e, com base na disponibilidade de dados, optou por simular a tecnologia da empresa Universal Oil Products utilizando o software UniSim Design R491. O estudo simulou o impacto da composição da matéria-prima - especificamente óleo de soja e sebo animal - na distribuição dos produtos, nas suas propriedades e no consumo de hidrogênio.

Fonte: [Link](#)

• ANP aprova parecer para projeto piloto de eólica offshore no RN

Documento abre caminho para a instalação do primeiro sítio de testes offshore do país

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a Manifestação de Mérito para o projeto piloto de eólica offshore Sítio de Teste de Aerogeradores de Areia Branca, no Rio Grande do Norte. Solicitado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o parecer concluiu que a área reservada ao empreendimento não apresenta conflitos com campos, poços, dutos ou outras estruturas relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás. Para o governo federal, essa análise é um passo fundamental na construção de um ambiente regulatório que viabilize o avanço da geração offshore no país.

A aprovação marca um progresso importante em uma das etapas consideradas estratégicas para estruturar a indústria de eólicas marinhas no Brasil. Com o aval, o projeto piloto passa a contar com uma validação técnica inicial, necessária para criar um espaço controlado de testes, experimentação tecnológica e avaliação operacional antes da implantação de empreendimentos comerciais de maior escala.

A Manifestação de Mérito se dedica exclusivamente a verificar possíveis incompatibilidades com as atividades da indústria de petróleo e gás. A intenção é garantir maior previsibilidade ao planejamento do uso do mar, para investidores e para o Estado, ao indicar se a área escolhida pode conviver com operações de exploração e produção de óleo e gás. Com o parecer favorável, a ANP confirma que a região de Areia Branca é apta a receber os aerogeradores previstos no projeto piloto.

Fonte: [Link](#)

• **Maratona Nacional de Estratégia de IA premia a ANP**

A estratégia apresentada pela equipe da ANP foi escolhida como a melhor entre as 17 finalistas.

Projeto desenvolvido por uma equipe composta por servidores das áreas de Fiscalização do Abastecimento e de Tecnologia da Informação da ANP garantiu o primeiro lugar no prêmio Estrátég.IA Thon. Organizado pela rede Conexão Inovação Pública, o prêmio é reconhecido como o primeiro do mundo voltado exclusivamente à criação de estratégias de Inteligência Artificial para o setor público.

O grupo da Agência elaborou uma estratégia de IA que integra diagnósticos, requisitos institucionais e diretrizes fundamentais para a adoção responsável de tecnologias de inteligência artificial. Segundo o relatório, a proposta foi construída para permitir evolução contínua, com foco na valorização das pessoas e na qualificação da atuação institucional diante das novas tecnologias. O documento traz ainda um conjunto de ações e um roteiro estratégico que orientam uma implementação segura, transparente e alinhada aos objetivos da ANP.

A competição ocorreu ao longo de quatro semanas, de forma online, com encontros síncronos e mentoria especializada. A avaliação final foi conduzida por especialistas em inovação, tecnologia e gestão pública. O EstratégIA Thon foi criado para apoiar organizações na transformação digital impulsionada pela IA generativa, promovendo responsabilidade, segurança, eficiência e melhor qualidade nos serviços públicos.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL recomenda ao MME prorrogação do contrato de concessão de três distribuidoras de energia**

Com a assinatura do termo aditivo, as distribuidoras de energia formalizarão a prorrogação por 30 anos do contrato de concessão, a partir do final da vigência do contrato atual.

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu, nesta terça-feira (9), durante Reunião Pública Ordinária, recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a extensão dos Contratos de Concessão de Distribuição nº 008/1997, da Neoenergia Cosern; nº 010/1997, da Neoenergia Coelba; e nº 003/1997, da Energisa Mato Grosso (Energisa MT). As concessionárias atendem, respectivamente, 1,61 milhão de unidades consumidoras (Cosern), 6,77 milhões (Coelba) e 1,56 milhão (Energisa MT).

Segundo a decisão da ANEEL, as empresas demonstraram cumprimento dos requisitos relacionados à eficiência na continuidade do fornecimento, à gestão econômico-financeira e à regularidade fiscal, trabalhista, setorial, jurídica, técnico-operacional e econômico-financeira, conforme exigido pelo Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

Com a assinatura do termo aditivo, os contratos de concessão das distribuidoras serão oficialmente prorrogados por mais 30 anos, a partir do término da vigência atual.

Fonte: [Link](#)

• **Concessão Cassada: Presidenta da Aneel cassa concessão da Enel no Ceará**

Aneel alega que a Enel-CE é ineficiente e não atende aos critérios exigidos para manter a concessão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tomou uma medida importante no processo de avaliação da concessão da Enel Distribuição Ceará, concluindo em despacho assinado pelo presidente da autarquia, Sandoval de Araújo Feitosa Neto, que a empresa não atende aos critérios de eficiência exigidos para manter seu contrato de concessão, em vigor desde 1998. Com isso, a agência decidiu não recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a antecipação da prorrogação do contrato, com base nas regras do Decreto nº 12.068/2024, que define as condições para renovação dos contratos de distribuição de energia elétrica no país.

Segundo o parecer, a concessionária teria descumprido o critério de eficiência da continuidade do fornecimento – um dos principais indicadores para avaliar a qualidade do serviço prestado – e, por isso, não teria comprovado que atende aos requisitos mínimos exigidos para a extensão da concessão.

Em nota, a Enel Distribuição Ceará afirmou que a avaliação da Aneel é apenas uma etapa do processo de prorrogação antecipada e que apresentou um Plano de Resultados aprovado pelo MME, além de investimentos realizados na modernização da rede e outros indicadores que, segundo a empresa, demonstram cumprimento das exigências do decreto.

Fonte: [Link](#)

• **Enel poderá perder a concessão no Estado de São Paulo**

O Estado de São Paulo enfrenta um apagão geral e Governo Federal questiona a eficiência da empresa Enel.

O MME (Ministério de Minas e Energia) afirmou neste domingo (14) que a Enel, distribuidora de energia de São Paulo, perderá sua concessão no estado se descumprir índices de qualidade e obrigações contratuais previstas na regulação do setor.

Em nota oficial, foi comentado: “A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de rigor absoluto na fiscalização e na garantia da qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica. O Governo do Brasil não tolerará falhas reiteradas, interrupções prolongadas ou qualquer desrespeito à população”.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

• MME cria Comitê de Monitoramento e dá início a uma nova etapa da governança do gás natural no Brasil

Colegiado reúne MME, ANP e EPE para acompanhar o mercado de forma permanente, dar previsibilidade regulatória e acelerar a agenda do Gás para Empregar

O Ministério de Minas e Energia (MME) avançou na estruturação da política nacional de gás natural ao promover, nesta quarta-feira (10/12), a primeira reunião do Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural (CMSGN). A criação do colegiado marca o início de uma nova fase de governança para o setor, ao estabelecer um fórum permanente de integração entre políticas públicas, regulação e planejamento energético, em consonância com a Nova Lei do Gás e o programa Gás para Empregar.

Com a missão de acompanhar continuamente o desenvolvimento do mercado, identificar entraves estruturais e acelerar a construção de soluções, o comitê atende a uma antiga reivindicação do setor por maior articulação institucional e segurança regulatória. A iniciativa ocorre em um contexto em que o gás natural ganha relevância estratégica, tanto para a competitividade da indústria quanto para a transição energética, atuando como elemento de apoio às fontes renováveis, instrumento de redução de emissões e insumo essencial para a geração de energia, a atividade industrial e a produção de fertilizantes.

Fonte: [Link](#)

• **Governo institui a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão.**

Alinhada ao MME o surgimento da PNAST é uma resposta ao rápido avanço das fontes renováveis, em especial a geração eólica e solar.

O Governo do Brasil instituiu, nesta segunda-feira (08/11) por meio de decreto, a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST) com o objetivo de organizar, modernizar e tornar mais eficiente o acesso de geradores e grandes consumidores à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A medida, formalizada por decreto e conduzida pelo Ministério de Minas e Energia (MME), busca responder à expansão acelerada das fontes renováveis e à necessidade de ampliar e planejar melhor a infraestrutura de transmissão de energia elétrica no país.

A PNAST também traz tratamento específico para grandes cargas, como data centers e projetos de hidrogênio de baixo carbono, permitindo ampliações direcionadas da Rede Básica para viabilizar empreendimentos estratégicos. Com isso, o governo pretende acelerar decisões de investimento, otimizar o uso da infraestrutura existente e apoiar o processo de desenvolvimento econômico associado à industrialização verde.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou a importância do decreto para o futuro energético do país. “O Brasil precisava de um modelo moderno, competitivo e capaz de dar segurança ao planejamento e aos investimentos. A PNAST mostra ao mundo que o Brasil é o líder da transição energética e está pronto para atrair a nova economia verde. Estamos destravando o acesso à rede, garantindo eficiência, resiliência e fortalecendo o futuro do nosso sistema elétrico”, afirmou.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF n.º 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Estagiário de Geologia